EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

1. PREÂMBULO

1.1 **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.490.261/0001-90, representado pelo seu Gestor, Sr. SILVANO RODRIGO PRATTO, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar **CREDENCIAMENTO** sob a forma **ELETRÔNICA**, a ser processada e julgada em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021,** suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 **A FICHA DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** deverão ser encaminhados, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço**:** www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme data e horário:

ENVIO DA FICHA DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO A PARTIR DE: 19 de fevereiro de 2026 ás 08h00min;
FIM DO CREDENCIAMENTO: 19 de fevereiro de 2027 ás 08h00min;

1.3 Referência de tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

1.4 O Credenciamento apresenta-se como a forma mais adequada de atender o objeto em questão, por conceder tratamento isonômico a todos os pretensos credenciados.

1.5 Todos os interessados deverão credenciar-se seguindo as normas do presente edital no período indicado e de acordo com critérios estabelecidos.

1.6 O inteiro teor deste Edital, incluindo seus anexos, estará disponível no endereço eletrônico do site do Município de Erval Velho, www.ervalvelho.sc.gov.br ou por meio do **Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.7 A presente veiculação visa dar ampla publicidade, disponibilizando as informações, condições e locais para o cumprimento das obrigações do objeto deste Edital.

1.8 As participantes deverão manter-se informadas sobre o processo de credenciamento durante sua realização, acompanhando as publicações de resultados, atas, convocações, entre outros, através do endereço eletrônico constante do tópico 1.6, ficando os participantes convocados, desde a data da publicação, a apresentarem recurso ou demais manifestações cabíveis.

1.12 Qualquer interessado no respectivo processo de credenciamento poderá solicitar providências, informações e esclarecimentos em relação aos termos deste Edital, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, no seguinte endereço**:** www.portaldecompraspublicas.com.br.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto do presente edital é o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE LABORATÓRIO PARA A REALIZAÇÃO DE COLETA E ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS E BIÓPSIAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC,** em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo II deste edital.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE ITEM (*)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO DE REFERÊNCIA
01	CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE LABORATÓRIO PARA A REALIZAÇÃO DE COLETA E ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS E BIÓPSIAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.	SERVIÇOS	UN	LIMITE DO VALOR	**TABELAS ANEXOS VI - LIMITE DE R$ 500.000,00**

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. O certame será regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, de 01 de abril de 2021, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

3.2. O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

3.3 O valor limite estimado para esta contratação: **R$500.000,00 (quinhentos mil reais).**

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

4.1 Os serviços a serem executados deverão ser prestados de acordo com o **Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e no Termo de Referência (ANEXO II)**.

5. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

15.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

7 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.500.1002.0000.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE

15.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.066 – MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

13 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS – 1.600.0000.0000 – TRANSFERENCIAS DO SUS/UNIÃO

6. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

6.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

6.2 Vedações. Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei n° 14.133/2021, bem como pessoas jurídicas reunidas em consórcio que não atendam o disposto no art.15 da lei 14.133/2021.

6.3 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6.4 O licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

7. CREDENCIAMENTO

7.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar **A FICHA DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, pelo sistema eletrônico provido pela plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

7.1.1 O processo de credenciamento de que trata este edital obedecerá às seguintes etapas:

7.1.2 Análise documental durante a Sessão Pública de abertura que acontecerá pelo sistema eletrônico provido pela plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

7.1.3 Divulgação do resultado das empresas habilitadas e credenciadas;

7.1.3.1 Examinada a documentação e atendidos os requisitos exigidos neste edital e seus anexos, a empresa será declarada como habilitada para a prestação dos serviços objeto do credenciamento.

7.1.3.2. Todas as empresas que apresentarem **A FICHA DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO,** e que forem consideradas habilitadas serão credenciadas.

7.2 Os interessados em participar desta licitação deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

7.3 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.4 Os interessados em se credenciar na plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** poderão obter maiores informações na página http://www.portaldecompraspublicas.com.br/. podendo sanar eventuais dúvidas pela **central de atendimentos 3003-5455/ 0800 730 5455 da Plataforma**.

7.5 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.6 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Erval Velho/SC responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7 O credenciamento junto à plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

7.8 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.9 A licitação será conduzida pela Pregoeira do Município de Erval Velho/SC, com apoio técnico e operacional da plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

7.10 **INCUMBIRÁ À LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO, RESPONSABILIZANDO-SE PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELA PREGOEIRA, PELO SISTEMA, OU DE SUA DESCONEXÃO.**

8. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

8.1 As microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

8.1.1 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3° da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, **deverá ser comprovada, mediante**

apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar **certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006**.

8.1.3 A condição de **Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual**.

8.1.4 A Certidão ou Certificado deverão estar **ATUALIZADOS**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

8.1.5 Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2° do art. 18-E.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3 Regularidade perante a Fazenda Federal;

9.2.4 Regularidade perante a Fazenda Estadual;

9.2.5 Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

9.2.6 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.2.7 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas).

9.2.8 Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Município de Erval Velho/SC (essa certidão pode ser emitida através da Internet, pelo site do município (www.ervalvelho.sc.gov.br), no link: "Serviços – Cidadão – CND Online" **(Quando não for possível a emissão da presente certidão nos casos em que a licitante não possui cadastro junto à municipalidade, por exemplo, a pregoeira poderá consultar junto ao setor tributário e, não havendo débitos, habilitar a licitante no tocante ao presente item)**.

9.2.9 Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

9.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

8.4.1 **Certidão negativa de falência,** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

9.4 QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.4.1 Apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo esse tipo de serviço.

9.4.2 Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), com lista de serviços que serão realizadas pelo laboratório e caso utilize serviços terceirizados, esses deverão estar descritos nesse cadastro;

9.4.3 Alvará Sanitário Atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual (obrigatório para a celebração do contrato);

9.4.4 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, atualizado;

9.4.5 Registro válido do Responsável Técnico pelo Laboratório no respectivo Conselho Profissional e comprovante de especialização emitido pela sociedade científica respectiva;

9.4.6 Apresentar certificado e/ou contrato de coleta, transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde, conforme RDC/ANVISA Nº 222/2018.

9.4.7 Comprovação de vínculo do(s) responsável(is) técnico(s), em uma das seguintes formas:

9.4.7.1 Profissional empregado da empresa: cópia do registro em carteira de trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada junto à Delegacia Regional do Trabalho;

9.4.7.2 Profissional sócio/diretor/proprietário: cópia do contrato social e suas modificações em vigor;

9.4.7.3 Profissional Autônomo: que presta serviço à empresa, mediante contrato de prestação de serviço: cópia do contrato em vigor.

9.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

9.5.1 A proponente deverá **DECLARAR** em documento **único (conforme modelo Anexo III):**

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Luzerna ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

9.6 A proponente deverá apresentar a **FICHA DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 (conforme modelo Anexo V):**

9.7 A proponente enquadrada como **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** conforme **Anexo IV.**

10. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Agente de Contratações, e acontecerá pelo sistema eletrônico provido pela plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ .

10.2 A Agente de Contratações poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

10.3 Serão rejeitadas as inscrições que não estejam de acordo com os termos deste edital.

10.4 O envio de toda documentação deverá ser realizada impreterivelmente no período estipulado para inscrição por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/, não sendo aceito a entrega de documentos fora do prazo ou em momento posterior a este.

10.5 A não apresentação de qualquer dos documentos exigidos, inabilita automaticamente o interessado.

10.6 Para fins de habilitação, o proponente deverá apresentar os documentos com prazo de validade vigente. Quando não mencionada no documento a validade, será considerado o prazo de 90 dias, a contar da data de emissão.

10.7 As informações prestadas na **FICHA DE INSCRIÇÃO (ANEXO V)** são de inteira responsabilidade do interessado e a entrega da documentação pressupõe a expressa aceitação de todas as condições, normas e exigências constantes neste edital, não podendo o interessado, sob nenhuma hipótese, alegar desconhecimento.

10.8 Será inabilitado o interessado que deixar de enviar ou enviar com irregularidades, dentro do prazo e local fixado, quaisquer dos documentos exigidos, ou ainda, mesmo tendo entregado corretamente a documentação, não tenha atendido os requisitos e condições estabelecidas neste edital.

10.9 Não serão aceitos documentos que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas.

10.10 Não serão admitidas, a qualquer tempo, sob quaisquer motivos, modificações, complementações ou substituições de quaisquer documentos habilitatórios.

10.1 O credenciado deverá manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, caso contrário terá sua autorização revogada.

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1. O(a) interessado(a) que preencher os requisitos exigidos neste Edital, no que a ele(a) for aplicável, será considerado habilitado(a) no credenciamento.

12. DO PRAZO

12.1 O prazo de validade do contrato será de **12 (doze) meses** a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Na hipótese da credenciada contratada não cumprir o contratado, este será imediatamente rescindido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 O credenciamento e contrato firmado em decorrência poderão ser revogados a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13. CONTRATO ADMINISTRATIVO

13.1 REGRAS GERAIS

13.1.1 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.1.2 A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.1.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

138.1.2.2 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.1.2.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.1.2.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.1.2.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2.6 É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.3 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

13.1.3.1 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

13.1.3.2 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.

13.1.4 Os contratos administrativos obedecerão, irrestritamente, ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4.1 O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4.2 O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

13.1.5 O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

13.1.6 No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

13.1.7. Obrigações do CONTRATADO

13.1.7.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.7.2 Executar o objeto deste edital em perfeitas condições, no prazo, quantidade e local indicado pela Secretaria Requisitante, em estrita observância das especificações deste Edital e da proposta,

acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

13.1.7.3 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade dos produtos fornecidos, sanando eventuais deficiências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o que não atenda às especificações do contrato e cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

13.1.7.4 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 05 (cinco) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à CONTRATADA, bem como pelas possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pela CONTRATANTE;

13.1.7.5 Serão de inteira responsabilidade da proponente vencedora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

13.1.7.6 Toda e qualquer eventual mudança de endereço do estabelecimento destinado ao atendimento deverá ser comunicada expressamente ao credenciante.

13.1.7.7 O credenciado responderá pela solidez, segurança e perfeição dos procedimentos executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

13.1.7.8 O credenciado ficará responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos, insumos, profissionais e estrutura física (local), necessários à plena execução dos procedimentos indicados neste termo de credenciamento, responsabilizando-se pelo custeio e pagamento das despesas de toda a mão de obra, instrumentos, equipamentos necessários e igualmente se responsabilizará por tributos e encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor.

13.1.7.9 É terminantemente proibida a cobrança de honorários complementares contra o paciente, a qualquer título, quais sejam: taxas, encargos, despesas, custas, emolumentos, entre outros, sob as penas da lei.

13.1.7.10 Os resultados dos exames executados deverão ser fornecidos ao paciente em documento impresso.

13.1.7.11 A remuneração pela prestação dos serviços será idêntica para todos os credenciados, e seguindo os valores constantes na tabela SUS.

13.1.8 Obrigações do CONTRATANTE

13.1.8.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.1.8.2 Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

13.1.8.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato.

13.1.9 EXTINÇÃO CONTRATUAL:

13.1.10 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.1.10.1 As hipóteses de extinção a que se referem os incisos b, c e d observarão as seguintes disposições:

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.10.2 O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal e entrega à Administração, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

13.1.10.3 A extinção do contrato poderá ser:
a) Determinada por ato unilateral e escrita da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
13.1.10.3.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
13.1.10.3.2 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
a) Devolução da garantia;
b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
c) Pagamento do custo da desmobilização.

13.1.10.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:
a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
c) Execução da garantia contratual para:
I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

V) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.1.10.4.1 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

13.1.10.4.2 Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

13.1.10.5 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14. PAGAMENTO

14.1 Após o recebimento e aprovação dos serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizada no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br

14.2 O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

14.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

14.4 Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

14.5 O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(quaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

15. PENALIDADES

15.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I – Advertência;

II - Multa de 10%;

III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 Para aplicação das sanções:

I – do inciso II do item 21.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II – do incisos III e IV do item 21.1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 21.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal;

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

I) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

II) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

15.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal.

15.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

15.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 15.2.

15.11 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, exigidos, cumulativamente.

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

15.12.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 15.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

16.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio da servidora do Município **Margarete Masson - Diretora de Programas Especiais**, a qual realizará a conferência do recebimento do serviço.

16.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

16.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

16.1.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
16.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

16.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
16.2.1 A contratação poderá ter prorrogações sucessivas, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

17.1 A impugnação deverá ser enviada **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, em campo próprio da plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/
17.2 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.
17.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
17.4 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

18. DOS RECURSOS

18.1. Dos atos da Administração praticados com referência aos procedimentos de habilitação, de credenciamento e de execução dos correspondentes contratos serão admitidos:
18.1.1 Do resultado da habilitação e credenciamento;
18.1.2 Da aplicação de sanções;
18.1.3 O recurso deve ser apresentado por escrito (redigido/digitado), devidamente fundamentado, datado e assinado pelo recorrente **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, em campo próprio da plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/
18.1.4 Os recursos não terão efeito suspensivo.
18.1.5 O recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será conhecido.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 É facultado a pregoeira ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada,

ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

19.2 Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

19.3 Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Erval Velho, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

19.4 Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; https://www.gov.br/pncp/pt-br

II Página do Município https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM; https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/

19.5 **São anexos deste edital:**

I) Estudo Técnico Preliminar – ETP;

II) Termo de Referência – TR;

III) Modelo de Declaração ÚNICA;

IV) Modelo Declaração LC 123/2006;

V) Modelo Carta de Apresentação;

VI) Tabela de Preços – Referência;

VII) Minuta de Contrato Administrativo.

19.6 As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Herval D'Oeste SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Erval Velho/SC, 18 de fevereiro de 2026.

SILVANO RODRIGO PRATTO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho/SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR poderá ser obtido gratuitamente nos endereço eletrônicos https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ e http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

O **TERMO DE REFERÊNCIA** poderá ser obtido gratuitamente nos endereço eletrônicos https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ e http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

(Razão Social) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, sediada no endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, **DECLARA EXPRESSAMENTE** a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

j) Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO IV

APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____ , inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____ , portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ , do CPF nº _____,

DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, éconsiderada:

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declaro, sob as penas da lei, não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

Declaro ainda que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO V

FICHA DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Através do presente, a proponente _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, telefone (__) _____, e-mail _____, localizada no endereço _____, bairro _____, no Município de _____, ___, tendo como responsável o Sr.(a) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, vem se INSCREVER AO **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE LABORATÓRIO PARA A REALIZAÇÃO DE COLETA E ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS E BIÓPSIAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES E VALORES CONSTANTES DO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, conforme disposto no item 7.1 do presente Edital PARA OS SEGUINTES ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE ITEM (*)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO DE REFERÊNCIA
01	CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE LABORATÓRIO PARA A REALIZAÇÃO DE COLETA E ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS E BIÓPSIAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.	SERVIÇOS	UN	LIMITE DO VALOR	LIMITE DE R$ 500.000,00

Erval Velho/SC, xx de xxxx de 2026.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO VI

***TABELA DE PREÇOS – REFERÊNCIA*.**

A **TABELA DE PREÇOS** poderá ser obtido gratuitamente nos endereço eletrônicos https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ e http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

EXAMES	VALOR LIMITE A SER COBRADO POR EXAME
EXAME DE ÁCIDO FÓLICO - DOSAGEM	R$ 15,65
EXAME DE ALBUMINA	R$ 12,99
DOSAGEM DE ALUMÍNIO	R$ 27,50
EXAME DE ALUMÍNIO URINÁRIO	R$ 27,50
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	R$ 3,70
ANTIBIOGRAMA	R$ 4,98
ANTIBIOGRAMA PARA MICROBACTÉRIAS	R$ 7,97
ANTICOAGULANTE LUPICO	R$ 36,00
ANTITROMBINA III	R$ 6,48
ARSÊNICO	R$ 36,00
ARSÊNICO URINÁRIO	R$ 42,86
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENÍASE)	R$ 4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	R$ 4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	R$ 4,20
BACILOSCOPIA GRAN	R$ 3,79
BETA CAROTENO	R$ 2,01
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	R$ 2,01
CAPACIDADE TOTAL DE LIGAÇÃO/FIXAÇÃO DO FERRO	R$ 2,01
CARDIOLIPINA IGA AUTO ANTICORPOS	R$ 19,00
CERULOPLASMINA	R$ 3,68
CLEARANCE DE CREATININA	R$ 3,51
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R$ 2,73
CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO	R$ 5,62
CULTURA PARA BAAR	R$ 6,98
DEHIDROTESTOSTERONA	R$ 11,71
DEPURAÇÃO DE CREATININA ENDÓGENA	R$ 5,35
DETERMINACAO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOACIDOS	R$ 15,65
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R$ 3,63
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (5 DOSAGENS)	R$ 6,55
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (4 DOSAGENS)	R$ 3,68
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	R$ 10,00
DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE	R$ 3,51
DETERMINAÇÃO DE SULFO-HEMOGLOBINA	R$ 2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	R$ 2,73

DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	R$ 2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMÁCIAS	R$ 5,79
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	R$ 2,85
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	R$ 5,77
DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R$ 2,73
DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	R$ 2,73
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R$ 1,37
DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	R$ 9,25
DOSAGEM DE 25 HIDROVITAMINA D	R$ 22,56
DOSAGEM DE ACETONA	R$ 1,85
DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	R$ 2,01
DOSAGEM DE ÁCIDO CÍTRICO	R$ 39,41
DOSAGEM DE ALDOLASE	R$ 3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	R$ 3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	R$ 3,68
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	R$ 15,06
DOSAGEM DE AMILASE	R$ 2,25
DOSAGEM DE AMONIA	R$ 3,51
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	R$ 16,42
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA) TOTAL E LIVRE	R$ 16,42
DOSAGEM DE BARBITURATOS	R$ 13,13
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	R$ 13,55
DOSAGEM DE CALCIO	R$ 1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	R$ 3,51
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	R$ 17,53
DOSAGEM DE CATECOLAMINAS	R$ 2,97
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R$ 3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R$ 3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R$ 1,85
DOSAGEM DE COLINESTERASE	R$ 3,68
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	R$ 17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	R$ 17,16
DOSAGEM DE CORTISOL	R$ 9,86
DOSAGEM DE CREATININA	R$ 1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	R$ 3,68
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	R$ 4,12
DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	R$ 2,83
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	R$ 3,51
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R$ 11,25
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	R$ 3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	R$ 3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	R$ 3,68
DOSAGEM DE ENZIMA CONVANGIOTENSINA	R$ 27,73
DOSAGEM DE ESTRADIOL	R$ 10,15
DOSAGEM DE ESTRONA	R$ 11,12
DOSAGEM DE FENITOINA	R$ 35,22
DOSAGEM DE FERRITINA	R$ 15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	R$ 3,51
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	R$ 4,60
DOSAGEM DE FOLATO	R$ 18,36
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	R$ 2,01

DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R$ 2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	R$ 1,85
DOSAGEM DE FOSFORO URINÁRIO	R$ 1,97
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	R$ 2,01
DOSAGEM DE GALACTOSE	R$ 3,51
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	R$ 3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	R$ 1,85
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R$ 7,85
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	R$ 3,68
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R$ 1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	R$ 2,73
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	R$ 2,73
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R$ 7,86
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	R$ 2,73
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	R$ 3,68
DOSAGEM DE HLAB51	R$ 191,18
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	R$ 7,89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	R$ 8,97
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R$ 8,96
DOSAGEM DE IMONUGLOBULINA TOTAL	R$ 11,81
DOSAGEM DE IMONUGLOBULINA A (IGA)	R$ 11,81
DOSAGEM DE IMONUGLOBULINA E (IGE)	R$ 11,81
DOSAGEM DE IMONUGLOBULINA G (IGG)	R$ 11,81
DOSAGEM DE IMONUGLOBULINA M (IGM)	R$ 11,81
DOSAGEM DE INSULINA	R$ 10,17
DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	R$ 3,51
DOSAGEM DE LACTATO	R$ 5,50
DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	R$ 3,51
DOSAGEM DE LIPASE	R$ 2,25
DOSAGEM DE LISOZIMA	R$ 126,82
DOSAGEM DE LITIO	R$ 2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	R$ 2,01
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R$ 8,01
DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	R$ 2,01
DOSAGEM DE OXALATO	R$ 4,39
DOSAGEM DE ÁCIDO OXÁLICO URINÁRIO	R$ 3,83
DOSAGEM DE PARATORMONIO	R$ 43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	R$ 15,35
DOSAGEM DE PIRUVATO	R$ 3,68
DOSAGEM DE POTASSIO	R$ 1,85
DOSAGEM DE POTASSIO URINÁRIO	R$ 2,09
DOSAGEM DE PROGESTERONA	R$ 10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	R$ 10,15
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R$ 1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R$ 1,85
DOSAGEM DE RENINA	R$ 13,19
DOSAGEM DE SÓDIO	R$ 1,85
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	R$ 15,35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	R$ 13,11
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R$ 11,25
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R$ 10,43
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	R$ 13,11

DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	R$ 15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R$ 8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R$ 11,60
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R$ 2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R$ 2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R$ 4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R$ 3,51
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	R$ 8,71
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	R$ 3,51
DOSAGEM DE UREIA	R$ 1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	R$ 15,24
DOSAGEM DO ANTIGENO CA 125	R$ 21,36
ELETROFORESE DE PROTEINAS	R$ 4,42
ELETROFORESE DE PROTEINAS COM CONCENTRAÇÃO URINA 24H	R$ 6,81
ESTUDO GENETICO DAS MUTAÇÕES C282Y, H63D E S65C PARA HEMOCROMATOSE	R$ 9,15
EXAME A FRESCO	R$ 3,99
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICA DE BANDAS)	R$ 180,00
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	R$ 18,91
GAD AUTO ANTICORPOS ANTI	R$ 72,53
GIARDIA LAMBLIA ANTICORPOS IGG	R$ 28,41
GIARDIA LAMBLIA ANTICORPOS IGM	R$ 28,41
GIARDIA LAMBLIA – ELISA	R$ 28,41
GLIADINA IGA ANTICORPOS ANTI	R$ 27,00
GLIADINA IGM ANTICORPOS ANTI	R$ 27,00
GLIADINA IGG ANTICORPOS ANTI	R$ 27,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R$ 18,55
HEMACIAS DISMORFICAS NA URINA	R$ 5,38
HEMATOCRITO	R$ 1,53
HEMOCULTURA	R$ 11,49
HEMOGLOBINA H	R$ 22,48
HEMOGRAMA COMPLETO	R$ 4,11
IGE ESPECIFICO PARA ALFA LACTOALBUNINA (F76)	R$ 14,80
IGE ESPECIFICO PARA PROTEINA DA GEMA DO OVO	R$ 14,80
IGE ESPECIFICO PARA PROTEINA DA CLARA DO OVO	R$ 14,80
IGE ESPECIFICO PARA PROTEINA DO GRÃO DE SOJA	R$ 14,80
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	R$ 80,00
IMUNOFIXAÇÃO – IMUNOELETROFORESE DE PROTEÍNAS SERICAS	R$ 166,50
INIBINA B	R$ 514,06
MARCADOR TUMORAL CA 15.3	R$ 23,31
MARCADOR TUMORAL CA 19,9	R$ 21,36
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	R$ 17,16
MUTAÇÃO GENÉTICA FEN HOMOCROMATOSE	R$ 4,22
MUTAÇÃO V617F NO GENE JAK 2	R$ 51,23

PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R$ 1,37
PARASITOLÓGICO DE FEZES	R$ 2,13
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	R$ 13,70
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	R$ 15,15
PESQUISA DE ANTICORPO ANTIASPERGILLUS	R$ 25,98
PESQUISA DE ANTICORPO ANTIEQUINOCOCOS	R$ 2,64
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	R$ 9,70
PESQUISA DE ANTICORPO ANTIESCLERODERMA	R$ 13,21
PESQUISA DE ANTICORPO ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	R$ 3,12
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	R$ 10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV (WESTERN BLOT)	R$ 85,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV 1 + HIV 2 (ELISA)	R$ 13,98
PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2 PARA POPULAÇÃO GERAL	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	R$ 4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	R$ 5,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	R$ 23,88
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	R$ 7,78
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	R$ 18,55
PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DO SARAMPO TOTAL (IGM E IGG)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS	R$ 105,96
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	R$ 11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISCHMANIAS	R$ 14,58
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R$ 16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R$ 12,05
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS	R$ 41,18
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (ANTI-HAV-IGG)	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R$ 13,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	R$ 11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	R$ 10,00

PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37OC	R$ 5,79
DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTO (CH50)	R$ 9,25
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	R$ 13,35
PESQUISA DE ESPERNATOZOIDES (APÓS VASECTOMIA)	R$ 6,56
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	R$ 4,10
PESQUISA DE HOMOGLOBINA S	R$ 4,37
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	R$ 1,65
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	R$ 1,65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	R$ 1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	R$ 1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	R$ 10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R$ 1,65
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	R$ 1,65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	R$ 1,43
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	R$ 2,73
PROTEINA S FUNCIONAL	R$ 65,27
PROTEINA URINÁRIA – AMOSTRA ISOLADA	R$ 2,85
PROVA DO LATEX PARA PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	R$ 1,81
PSA ULTRA SENSÍVEL	R$ 22,16
RELAÇÃO ALBUMINA CREATININA	R$ 6,49
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R$ 4,12
SCHISTOSSOMOSE SERICA IGG	R$ 9,18
SÓDIO URINÁRIO EXAME	R$ 2,50
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH	R$ 12,01
TESTE IGE ESPECIFICO PARA BANANA	R$ 14,80
TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTE	R$ 2,83
ZINCO ERITROCITÁRIO	R$ 37,11
DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS ERITROCITÁRIAS (CADA)	R$ 2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	R$ 9,00
TPO TIREOPEROXIDASE - ANTICORPOS	R$ 50,00
ESTIMATIVA DO RITMO DE FILTRAÇÃO GLOMERULAR	R$ 35,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (ANTI-HAV-IGM)	R$ 18,55
TESTE FTA-ABS TOTAL PARA DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	R$ 20,00
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	R$ 35,00
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	R$ 40,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	R$ 8,67
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	R$ 3,68
ANTI-CITRULINA	R$ 100,00
DOSAGEM DE METABOLICOS DA COCAÍNA	R$ 50,00
DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	R$ 40,00
ACIDO URICO URINARIO - 24 HORAS	R$ 1,85
ACIDO VALPROICO	R$ 15,65
AMONIA - URINA 24 HORAS	R$ 89,50
ANCA - ANTICORPOS ANTI-CITOPLASMA DE NEUTRÓFILOS C E P	R$ 78,50
ANTI - BETA2 GLICOPROTEÍNA IGG E IGM	R$ 81,00
ANTI - ENDOMISIO - Anticorpos (IgA)	R$ 28,50
ANTI - ENDOMISIO - Anticorpos (IgG)	R$ 28,50
ANTI - ENDOMISIO - Anticorpos (IgM)	R$ 31,00
ANTI - GLIADINA - IgA	R$ 35,50
ANTI - GLIADINA - IgG	R$ 35,50

ANTI - GLIADINA - IgM	R$ 42,25
ANTI - RNP	R$ 28,50
ANTI - SACCHAROMYCES CEREVISIAE (IgA e IgG)	R$ 113,75
ANTI - SCL - 70	R$ 40,25
ANTI - SM	R$ 28,25
ANTI - SS-A (RO)	R$ 28,25
ANTI - SS-B (LA)	R$ 28,25
ANTI - TRANSGLUTAMINASE - IgA	R$ 47,50
ANTI - TRANSGLUTAMINASE - IgG	R$ 52,50
ANTI - TROMBINA III	R$ 40,50
ANTI CCP (Cyclic Citrullinated Peptide)	R$ 88,00
ANTICORPOS ANTI - CENTRÔMERO	R$ 22,05
ANTICORPOS ANTI - GAD	R$ 79,50
ANTICORPOS ANTI - INSULINA	R$ 52,00
BNP - PEPTÍDEO NATRIURÉTICO	R$ 109,00
CA - 15 - 3	R$ 23,50
CA 125	R$ 23,50
CA 19 - 9	R$ 23,50
CA 72-4	R$ 40,50
CALCIO URINARIO - 24 HORAS	R$ 21,25
CALPROTECTINA EM FEZES	R$ 133,00
CARIOTIPO BANDA G CONSTITUCIONAL	R$ 388,50
CHLAMYDIA TRACHOMATIS E NEISSERIA GONORRHOEAE - DETECÇÃO POR PCR	R$ 126,25
CLOSTRIDIUM DIFFICILE - TOXINA A + B	R$ 102,75
COAGULOGRAMA COMPLETO	R$ 33,00
COBRE SÉRICO	R$ 5,22
COLESTEROL VLDL	R$ 9,25
COOMBS DIRETO	R$ 3,87
COOMBS INDIRETO	R$ 23,00
COPROCULTURA	R$ 8,49
CORTISOL SALIVAR	R$ 25,75
COVID ANTÍGENO (TESTE RÁPIDO)	R$ 60,00
COVID ANTÍGENO (TESTE RÁPIDO) + INFLUENZA A B (TESTE RÁPICO	R$ 80,00
CREATININA QUINASE - CKMB	R$ 19,55
CREATININA URINARIA - 24 HORAS	R$ 17,25
CREATININA URINÁRIA - Amostra Isolada	R$ 18,75
CULTURA PARA IDENTIFICAO DE UREAPLASMA	R$ 49,25
AMI PARA IDENTIFICAO DO MICOPLASMA	R$ 47,00
D-DÍMERO	R$ 81,00
DENGUE - Anticorpos IgG - ELISA	R$ 53,50
DENGUE - Anticorpos IgM - ELISA	R$ 53,50
DENGUE NS1 (TESTE RÁPIDO)	R$ 67,75
DETECÇÃO DE DST´S (7 PATOGENOS - MULTIPLEX PCR)	R$139,00
DIGOXINA - DOSAGEM	R$ 32,00
DIHIDROTESTOSTERONA - DHT	R$ 11,71
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINAS	R$ 5,41
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	R$ 54,00
ELETROFORESE DE PROTEINAS SERICAS	R$ 28,50
ESPERMOCULTURA	R$ 33,50
ESPERMOGRAMA	R$ 56,50
FATOR DE VON WILLEBRAND	R$ 120,00

FATOR II	R$ 65,25
FATOR IX	R$ 35,50
FATOR V	R$ 91,25
FATOR V DE LEIDEN - PESQUISA DA MUTAÇÃO	R$ 109,50
FATOR V DE LEIDEN (G1691A), PROTROMBINA (G20210A), MTHFR (C677T, A1298C)R$ 270,00	R$ 385,25
FATOR VII	R$ 77,00
FATOR VIII	R$ 58,00
FATOR X	R$ 77,00
FATOR XI	R$ 69,50
FATOR XII	R$ 69,50
FATOR XIII	R$ 97,50
FENITOÍNA	R$ 30,50
FENOBARBITAL	R$ 31,00
FERRO TIBC	R$ 14,25
FTA - ABS IgG	R$ 37,00
FTA - ABS IgM	R$ 21,25
GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE (G6PD)	R$ 3,68
GLOBULINA LIGADORA DE HORMONIOS SEXUAIS - SHBG	R$ 40,50
HELICOBACTER PYLORI - Anticorpos IgG	R$ 38,00
HELICOBACTER PYLORI - Anticorpos IgM	R$ 38,00
HEPATITE B - HBSAG (quantitativo)	R$ 28,75
HEPATITE B - QUANTIFICAÇÃO POR PCR	R$ 210,00
HEPATITE C - QUANTIFICAÇÃO POR PCR	R$ 203,25
HERPES SIMPLES 1 e 2 - ANTICORPOS IgG	R$ 31,00
HERPES SIMPLES 1 e 2 - ANTICORPOS IgM	R$ 41,00
HIV - QUANTIFICAÇÃO POR PCR	R$ 277,50
HOMOCISTEÍNA	R$ 45,25
HORMONIO ANTI-MULLERIANO	R$ 263,75
IGE ESP (C279) - TARTRAZINA	R$ 47,75
IGE ESP (C312) - PROTEÍNAS DO LEITE	R$ 52,75
IGE ESP (F232) - ALIMENTOS - OVO ALBUMINA	R$ 40,50
IGE ESP (F233) - ALIMENTOS - OVOMUCÓIDE	R$40,50
IGE ESP (F340) - CORANTE - VERMELHO CARMIM	R$ 35,50
IGE ESPECÍFICO (VÁRIOS ALÉRGENOS - UNIDADE)	R$20,00
IGFBP-3 - PROTEÍNA LIGADORA IGF I - TIPO 3	R$ 45,25
IMUNOFIXAÇÃO DE PROTEÍNAS EM URINA DE 24 HORAS	R$ 198,00
IMUNOFIXAÇÃO DE PROTEÍNAS SÉRICAS - QUANTITATIVO	R$ 163,25
INFLUENZA A/B (TESTE RÁPIDO)	R$ 50,00
LEPTINA	R$75,25
MAGNESIO ERITROCITÁRIO	R$91,50
MAGNÉSIO URINÁRIO - 24h	R$ 13,95
MELATONINA SÉRICA	R$ 193,50
PAINEL DE TROMBOFILIAS - FATOR V DE LEIDEN (G1691A), PROTROMBINA (G20210A), MTHFR (C677T, A1298C) + PLASMINOGÊNIO TISSULAR (4G/5G - PAI1) + CBS - HOMOCISTINÚRIA POR DEFICIÊNCIA DE CISTATIONINA BETA-SINTETASE (844INS68)-POLIMORFISMO	R$ 299,00
PESQUISA DE ANTIGENO HELICOBACTER PYLORI NAS FEZES	R$ 82,75
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS GRUPO B	R$ 33,50
PESQUISA DE HLA B27	R$ 74,00
POLIMORFISMO DO PAI -1	R$ 198,50
PRO BNP - N - TERMINAL	R$ 123,50

PROGRAF - DOSAGEM DE TACROLIMUS	R$ 123,50
PROTEÍNA C - FUNCIONAL	R$ 64,00
PROTEINA C ULTRA SENSÍVEL	R$ 16,75
PROTEÍNA S - FUNCIONAL	R$ 97,00
PROTEINÚRIA 24 HORAS	R$ 14,00
PSA LIVRE	R$ 23,50
PSA TOTAL E LIVRE	R$ 47,00
RELAÇÃO PROTEÍNA/CREATININA URINÁRIA	R$ 32,00
RUBÉOLA AVIDEZ - ANTICORPOS IGG	R$ 110,50
SANGUE OCULTO FECAL SEM DIETA (IMUNOCROMATPGRÁFICO)	R$ 16,50
SELÊNIO	R$ 27,05
SEROTONINA	R$ 35,50
T3 LIVRE	R$15,50
TAXA DE COLETA DE EXAMES ENCAMINHADOS AO LACEN	R$ 16,18
TAXA DE COLETA DOMICILIAR	R$ 32,23
TESTE DE TOLERÂNICA À GLICOSE (3 DOSAGENS)	R$ 32,75
TESTE DE TOLERÂNICA À LACTOSE (3 DOSAGENS)	R$ 51,50
TESTE GENÉTICO DE INTOLERÂNCIA À LACTOSE	R$167,75
TOXOPLASMOSE AVIDEZ - Anticorpos IgG	R$ 64,50
TRAB - ANTICORPO ANTI RECEPTOR DE TSH	R$ 55,00
TROPONINA CARDÍACA - I	R$ 49,50
VARICELA ZOSTER - ANTICORPOS IGG E IGM	R$ 76,75
VITAMINA A	R$ 65,60
VITAMINA B1	R$ 102,75
VITAMINA B6	R$ 114,00
VITAMINA C	R$ 47,50
VITAMINA D - 1,25 DIHIDROXI	R$ 67,50
VITAMINA E	R$ 72,70
VITAMINA K	R$ 200,00

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO VII

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.490261/0001-90, sito a Rua Nereu Ramos, 204, Centro da Cidade de Erval Velho, SC, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. Silvano Rodrigo Pratto, e de outro lado, a empresa **--------**, inscrita no CNPJ nº ....., com sede na ....., telefone ..... e e-mail ....., neste ato devidamente representada pelo senhor(a) ....., portador(a) do RG nº ..... e CPF nº ....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do **Processo Licitatório nº xxx/2026, CREDENCIAMENTO nº 001/2026,** mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1 O objeto deste processo licitatório é a **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE LABORATÓRIO PARA A REALIZAÇÃO DE COLETA E ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS E BIÓPSIAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC,** conforme especificações e quantidades constantes Termo de Referência anexo ao edital de **Processo Licitatório nº xxx/2026, CREDENCIAMENTO nº xxx/2026:**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE ITEM (*)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO DE REFERÊNCIA
01	CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE LABORATÓRIO PARA A REALIZAÇÃO DE COLETA E ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS E BIÓPSIAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.	SERVIÇOS	UN	LIMITE DO VALOR	R$ 500.000,00

1.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

1.2.1 A contratada deverá atender às especificações do termo de referência.

1.2.2 A execução dos serviços iniciará imediatamente após assinatura do contrato, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas com locomoção, tributos, encargos trabalhistas,

previdenciários, e demais despesas decorrentes do objeto;

1.2.3 Os serviços serão executados na sede dos Laboratórios de Análises Clínicas, que deverão estar localizados no Município, ou então, se este não for o caso e o laboratório esteja localizado fora do município, a coleta dos exames deverá ser realizada no Posto de Saúde do Município de Erval Velho/SC.

1.2.4 A empresa contratada deverá receber os agendamentos e garantir a realização dos exames laboratoriais programados através da Central Municipal de Regulação conforme datas e planejamento mensal de quantitativos previamente acordado entre os setores envolvidos.

1.2.5 A contratada deverá priorizar a liberação de resultados de exames com pedidos de urgência sinalizado na solicitação médica.

1.2.6 O encaminhamento/agendamento dos procedimentos será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que deverá também acompanhar e controlar a demanda encaminhada de acordo com a quantidade física e financeira contratada.

1.2.7 Os serviços serão autorizados através de formulário próprio da Secretaria Municipal de Saúde (requisição de exames complementares).

1.2.8 Caberá à Secretaria Municipal de Saúde proceder a auditoria técnica e administrativa dos referidos exames, que estarão sujeitos a glosas caso as requisições de exames complementares não estejam autorizadas oficialmente ao Laboratório; os resultados não estejam devidamente carimbados e assinados pelo bioquímico responsável; os resultados não estejam compatíveis com a solicitação/requisição médica.

1.2.9 Disponibilizar uma via do resultado do exame devidamente carimbado e assinado pelo profissional responsável para o paciente, que deverá retirá-lo junto ao Laboratório contratado.

1.2.10 O limite financeiro será regulado e controlado pela Secretaria Municipal de Saúde, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pelos credenciados, mensalmente, cabendo a Secretaria Municipal de Saúde comunicar aos credenciados, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

1.3 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/20211 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA SEGUNDA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO

EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

2.1 O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho pagará a contratada o valor total estimado de R$

2.1.1 Após o recebimento e aprovação dos serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizada no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br.

2.2 O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

2.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

2.4 Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

2.5 O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(quaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

2.6 Os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

2.7 O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do bem/produto/serviço e somente será reajustado passado 12 meses do contrato, se renovado, utilizando-se o índice INPC.

2.8 As despesas decorrentes deste Termo de Contrato, ocorrerão por conta do Orçamento Geral do Município, do seguinte programa:

15.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

7 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.500.1002.0000.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE

15.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.066 – MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

13 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS – 1.600.0000.0000 – TRANSFERENCIAS DO SUS/UNIÃO

2.9 O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO(A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

2.10 Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.

2.11 A CONTRATADA deverá obedecer aos itens dispostos no **EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO, NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.12 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.13 A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.14 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

2.15 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.17 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver

dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

2.18 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

2.19 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.

2.20 Os contratos administrativos obedecerão, irrestritamente, ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

2.21 O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC, no caso de prorrogação, desde que transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses.

2.22 Obrigações da CONTRATADA:

2.22.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2.22.2 Executar os serviços em perfeitas condições, no prazo, quantidade e local indicado pela Secretaria Requisitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

2.22.3 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade dos serviços prestados, sanando eventuais deficiências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o que não atenda às especificações do contrato e cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

2.22.4 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 05 (cinco) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à CONTRATADA, bem como pelas possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pela CONTRATANTE;

2.22.5 Serão de inteira responsabilidade da proponente vencedora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

Obrigações do CONTRATANTE:

2.23 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de

comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

2.24 Permitir o acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

2.25 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato;

2.26 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio da servidora do Município: **Margarete Masson - Diretora de Programas Especiais,** a qual realizará a conferência do recebimento do serviço.

4.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

4.1.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

4.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 A contratação poderá ter prorrogações sucessivas, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitidos a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

5.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições:

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;

c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

5.4 A extinção do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.4.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

5.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

5.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

c) Execução da garantia contratual para:

I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

5.7 A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
5.8 Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.
5.9 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA: FORO

6. É declarado competente o foro da Comarca de Herval D’Oeste para dirimir qualquer questão contratual.

CLÁUSULA SETIMA: PUBLICAÇÃO

7.1 Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes.
7.2 Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato serão divulgados:
I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município;
II - Página do Município de Erval Velho/SC;
III - Diário Oficial dos Municípios – DOM;
IV - Plataforma: Portal de Compras Públicas.

Erval Velho, xxxx de xxxx de 2026.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho/SC
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADO

1ª Testemunha Nome:
2ª Testemunha Nome: